RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS
2021/2024

O presente relatório tem por objetivo prestar contas da atividade de acompanhamento dos egressos que o PPGD/UCP vem desenvolvendo, no âmbito de seus processos de autoavaliação. No período considerado, tal atividade foi especialmente desenvolvida pelo Prof. Rodrigo Garrido.

O relatório presta informações sintéticas sobre a qualidade da produção intelectual de discentes e egressos e sobre o destino, atuação e avaliação dos egressos do Programa em relação à formação recebida. Ademais, traz alguns exemplos de egressos acompanhados pelo Programa e informações sobre a sua atuação em momento posterior à conclusão do curso, que se mostra consentânea à formação recebida no Mestrado em Direito.

1) Qualidade da produção intelectual de discentes e egressos.

O estímulo à produção de qualidade, bibliográfica e técnica, correlata às dissertações e outros trabalhos desenvolvidos pelos discentes foi uma constante no PPGD no período sob avaliação, especialmente por conta de deliberações colegiadas e de autoavaliação que, desde o final do último quadriênio, apontavam a necessidade de estimular, cada vez mais, essa produção. Especialmente quando desenvolvida de forma conjunta, em coautoria com os orientadores, vinculando-se aos respectivos projetos e linhas de pesquisa e à área de concentração do PPGD, mas sem deixar de incentivar produtos individuais dos alunos, em busca de uma autonomia que é importante para um pesquisador.

Contemplando o cenário de produção discente ao final do quadriênio, em um contexto de autoavaliação, o PPGD constata que esse

esforço surtiu bons e consistentes resultados. Contudo, essa autoavaliação está sendo realizada do ponto de vista qualitativo, que é a tendência da Àrea do direito na CAPES, segundo consta do relatório de Meio Termo 2023, privilegiando a qualidade em detrimento da quantidade.

Logo, estimulamos os alunos e os egressos a seguirem publicando com os seus orientadores, de forma vinculada à proposta/projeto dos mesmos no PPGD, o que, assim compreendemos, qualifica esses produtos, contribuindo também para boas dissertações vinculadas à área de concentração do PPGD, observando o impacto dos veículos escolhidos para essas publicações, em consonância com as orientações recebidas da área.

Também percebeu-se que o reforço das ações de extensão contribuiu para que as dissertações, livros, artigos e trabalhos apresentados em eventos repercutissem os ganhos do PPGD na conexão entre as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, de forma conexa às questões de interesse local, regional e nacional.

Considerando os critérios eleitos pela área para o quesito 2.2 o Programa compreendeu que o volume da produção será medido utilizando as informações de produção lançadas na plataforma durante o quadriênio, e que a qualidade será aferida por meio dos destaques dos melhores produtos, que serão lançados na fase de destaques.

Aproveitaremos portanto este espaço para evidenciar a qualidade da produção intelectual dos alunos e egressos mediante a apresentação e descrição de dois produtos, que serão explicitados e contextualizados, de modo a dar conta do item 2.2 = QUALIDADE da produção intelectual de discentes e de egressos.

Na escolha desses dois destaques (sem prejuízo de outros que existem e foram apontados na fase de destaques), privilegiaremos, aqui, produtos de pesquisadoras (mulheres), de forma coerente com a introdução deste relatório e com o relatório do seminário de meio termo de 2023, pois é preciso fortalecer e qualificar ainda mais a presença feminina dos PPGs da área do direito.

*** PRIMEIRO PRODUTO:** No ano de 2022 a então mestranda Cláudia Maria Ferreira de Souza publicou, juntamente com o seu orientador, Prof. Dr. Sérgio de Souza Salles, o artigo científico "ACESSO À JUSTIÇA EM TEMPOS DE PANDEMIA: A EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE TRATAMENTO DE CONFLITOS DO TJRJ" na Revista Conhecimento e Diversidade, qualis CAPES B1. A então mestranda, na qualidade de orientanda do Prof. Sérgio, participava com ele do projeto de pesquisa Filosofia dos Direitos Humanos, ligado à linha 1 do PPGD.

Com o advento da pandemia e das consequentes medidas e protocolos de saúde adotados para a proteção da população, todo o sistema de justiça que vinha avançando ao longo dos anos na implementação de medidas para romper as barreiras de acesso à justiça foi fortemente impactado, conforme se depreende do Relatório CNJ Justiça em Números 2021 e das estatísticas do NUPEMEC TJRJ. O artigo em questão pretendeu contribuir para a análise do referido Relatório e dos dados do NUPEMEC TJRJ, demonstrando a rápida adequação das atividades do judiciário mediante a implementação de trabalho remoto e disponibilização de plataforma de videoconferência para realização de audiências e sessões de mediação/conciliação propiciou a continuidade da prestação jurisdicional. Ao mesmo tempo, reflete-se sobre os limites do acesso à justiça em tempos de pandemia em função das desigualdades e restrições de uso e acesso aos meios tecnológicos para a resolução online de controvérsias (ODR). (https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/10190).

O trabalho também se conecta com a atividade exercida pela então mestranda no NUPEMEC do TJERJ, na qualidade de coordenadora geral, sendo servidora desse tribunal com o qual o PPGD mantém convênio, já juntado aos anexos. Posteriormente, depois de defender sua dissertação, ela foi publicada sob a forma de um livro que está disponível para download gratuito na página da editora Essere nel Mondo. No Livro "Da violência Mimética aos Símbolos da Paz", com prefácio também subscrito pelo seu orientador, a agora mestra Claudia Maria trabalhou com o tema da justiça restaurativa. Diante do agravamento dos conflitos em contexto escolar a propositura pelo CNJ

de um ano especialmente dedicado à Justiça Restaurativa na Educação, oportunizou a atuação colaborativa do judiciário com a educação, tendo como escopo a Resolução CNJ 225/2016, integrando mecanismos da justiça e da educação em uma perspectiva preventiva e de resolução pacífica de conflitos nas escolas, especialmente no enfrentamento ao bullying, pois combater o assédio é agir onde nasce o ódio que alimenta o espírito de vingança, que está no cerne dos ataques violentos contra as escolas. Assim, o livro pretende contribuir para a reflexão acerca da restauração da dignidade da escola, de cada um dos seus sujeitos e de suas práticas a partir dos aportes da Justiça Restaurativa, com ênfase no diálogo, na reparação e na inclusão, voltada para práticas de resolução pacífica dos conflitos e formação de uma cultura de paz. Tanto o artigo como o livro supramencionado são bons exemplos da qualidade dos produtos dos nossos alunos.

*** SEGUNDO PRODUTO:** Entre as egressas destacaremos aqui Natalia Lucero Frias Tavares, que concluiu o mestrado em direito na UCP no ano de 2018, com bolsa PROSUC/CAPES. Ela foi orientanda do Prof. Santoro, à época Jovem Cientista do Nosso Estado, em pesquisa sobre o Lawfare político e os maxiprocessos, tema sobre o qual segue dialogando com esse professor. Atualmente, em 2025, Natália é Professora Substituta de Direito Penal e Criminologia na UFRJ e Doutoranda em Direito na mesma Universidade, onde tem bolsa de Doutorado nota 10 da FAPERJ. UFRJ. É graduada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (2011).

No ano de 2021 Natalia publicou, em co-autoria com o Prof. Antônio Santoro e com o Prof. Rodrigo Garrido, também da linha 2 do PPGD, o artigo científico "PROVA GENÉTICA VESTIGIAL: A NECESSIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DE REGRAS ESPECÍFICAS PARA SALVAGUARDA DA FIABILIDADE DAS INFORMAÇÕES E EXERCÍCIO DO DIREITO DE DEFESA", na Revista Brasileira de ciências Criminais do IBCCRIM, periódico classificado no estrato Qualis CAPES A2. (https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/RBCCRIM/article/view/1687). O paper tem como objeto central de análise a realização e utilização do exame de DNA de toque extraído de vestígio de crime – touch DNA - para fins criminais. Pretende-se apontar alguns dos possíveis riscos de falha tanto na produção quanto valoração dos

resultados do exame de touch DNA. Buscando assegurar efetivo exercício do direito de defesa, bem como reduzir as chances de falha de análise (tanto pericial, quanto judicial), serão oferecidas alternativas para: (i) adaptação das regras gerais do art. 158-B a 158-F do Código de Processo Penal para que melhor se adaptem às particularidades deste meio de prova; (ii) inclusão de itens básicos nos relatórios periciais para oferecimento de informações que permitam melhor verificar a efetiva confiabilidade dos resultados. O trabalho tem grande aderência às propostas desses professores no Programa e serve para evidenciar, também, a qualidade e a riqueza das trajetórias profissionais de muitos de nossos egressos em consonância com a formação recebida no PPGD.

2) Destino, atuação e avaliação dos egressos do Programa em relação à formação recebida.

O programa de pós-graduação da UCP vem implementando de forma gradual e crescente uma série de iniciativas voltadas para manter contato permanente e criar oportunidades acadêmicas e profissionais de que os egressos possam se beneficiar, e vice-versa. Neste espaço, vamos apresentar alguns indícios dessas iniciativas.

A primeira delas reflete uma interessante e rica integração entre a graduação em Direito e o mestrado em Direito da UCP. Nesse curso de graduação há a exigência de que os graduandos elaborem os seus TCCs (monografias) e os defendam, perante uma banca examinadora formada por três professores, sendo um externo à casa. Há muitos anos, desde o início das atividades do mestrado, os mestrandos e egressos são chamados para participarem dessas bancas, contribuindo na formação de novos Bacharéis ao mesmo tempo em que ganham experiência e enriquecem suas trajetórias acadêmicas.

Ainda nessa relação entre o mestrado e a graduação em Direito da UCP, pode-se destacar a participação dos mestrandos e dos egressos em diversificadas atividades, tais como, por exemplo: palestras e minicursos ministrados na tradicional Semana Jurídica do Curso de Direito da UCP e a contratação de egressos como professores (RPA) para ministrarem oficinas de Prática Jurídica, aproveitando a experiência desses egressos nas mais variadas profissões jurídicas para incrementarem a formação dos graduandos.

Uma das egressas que se destacou nessa atividade foi contratada como professora da casa: a Mestra em 2018, Vanessa Velasco Brito, que hoje leciona na UCP cadeiras de Direito Processual Civil. Ao passo em que o egresso, Mestre em 2018, Rafael Pacheco Lanes Ribeiro, que é professor da UNIVIÇOSA-MG, funcionou como elemento de ligação entre a UCP e aquela instituição Mineira para que pudesse ser viabilizado o Minter. Atualmente tal egresso, após ter concluído o seu doutorado, passou a ser colaborador do PPGD.

A par disso, é veementemente estimulado que os egressos sigam participando das atividades dos grupos de Pesquisa dos Professores do PPGD, o que pode ser exemplificado pelo caso da egressa (de 2018) Natália Lucero Frias Tavares, que segue interagindo e publicando com o Prof Antônio Santoro a partir da atividade de seu grupo de pesquisa na UCP, dentre outros.

Por outro lado, a partir do momento em que se instituiu a Comissão de Autoavaliação do PPGD (cuja atuação será melhor descrita no campo próprio) – e sabedores da importância crescente que a CAPES vem dando ao acompanhamento de egressos – a referida Comissão tem tomado iniciativas para ampliar a aproximação entre o Programa e seus ex-alunos. Dentre estas, duas merecem ser destacadas.

A primeira foi a aplicação de questionários por intermédio da ferramenta Google Forms, destinados aos egressos, contendo perguntas que, além de auxiliar no preenchimento das informações demandadas pela Plataforma Sucupira, também permitiram conhecer alguns dados interessantes. Revelando, por exemplo, que alguns ex-alunos têm a expectativa de que um curso de Doutorado em Direito poderá vir a ser oportunizado da UCP, e gostariam de retornar à casa como doutorandos. E ainda que muitos sentem falta de oportunidades de incrementar a atividade acadêmica por meio de cursos de atualização, etc. Um dos cursos sugeridos foi o curso de atualização no preenchimento do Currículo Lattes.

A outra iniciativa a ser mencionada é o evento que se tornou integrante da agenda do PPGD, denominado "Percursos Acadêmicos: encontro com os ex-alunos do PPGD/UCP", de periodicidade semestral que, desde 2019, vem oportunizando o retorno à Universidade de ex-alunos. Formando uma mesa de debates, geralmente acompanhados dos

respectivos orientadores, eles têm a oportunidade de relatar para o público a sua experiência no Programa e as realizações obtidas desde então, por exemplo, o lançamento de um livro, o ingresso no Doutorado, etc. Temos percebido como retorno dessa iniciativa uma maior motivação dos atuais alunos para seguirem investindo nas suas carreiras acadêmicas, aproveitando também para conhecerem novas oportunidades e caminhos profissionais, etc.

Importante destacar, outrossim, que o trabalho da Comissão de autoavaliação nessas iniciativas foi muito importante, porque o Programa dispõe de muitas informações sobre os egressos, até mesmo para o envio periódico de malas diretas, etc. Esse trabalho em particular foi em muito facilitado por conta da UCP já ter uma tradição e funcionamento de uma Comissão Própria de Avaliação, a qual, mesmo antes que se consolidasse a exigência correspondente por parte da CAPES, já mantinha um consistente banco de informações reunidas por meio da aplicação de diversificados instrumentos aplicados a alunos, professores, colaboradores e ex-alunos.

Além desses registros, também parece oportuno destacar alguns egressos específicos. O critério de seleção dos casos abaixo foi a percepção de que as trajetórias desses egressos abaixo destacados guardam afinidade com o perfil do egresso que o PPGD pretende formar. É importante destacar que o PPGD/UCP já aplicou duas propostas de doutorado, mas não obteve aprovação da CAPES, e há uma proposta de curso de doutorado sendo avaliada em instância recursal, na CAPES. Por essa razão os egressos do curso de mestrado, quando desejam cursar o doutorado, precisam fazer isso em outras IES públicas e privadas. Razão pela qual o pretendido acompanhamento de egressos tem seu alcance limitado por essa circunstância.

Lucas Baffi Ferreira Pinto, Mestre de 2016, é Doutor em Direito pela Universidade Veiga de Almeida-RJ. Atua profissionalmente como advogado (área trabalhista e cível) e academicamente como professor e coordenador do curso de direito do UNIFESO - Centro Universitário Serra dos Órgãos - Teresópolis-RJ e das Faculdades Helio Alonso - FACHA, além de ser professor convidado da UCP - Universidade Católica de Petrópolis-RJ.

Carla Sendon Ameijeiras Veloso é mestra de 2016. Cursou e concluiu doutorado no PPGD/UVA em 2020. Atualmente é Coordenadora Adjunta do Curso de Direito a Universidade Veiga de Almeida, professora da graduação em Direito da Universidade Veiga de Almeida. É professora da pós-graduação em cursos presenciais e on line (EAD), sendo, também, conteudista dos módulos para ensino a distância.

Patrícia Esteves de Mendonça, com mestrado concluído em 2017, tornou-se professora substituta na UFRJ entre 2017 e 2019, atuando ainda como professora da Universidade Estácio de Sá até 2017. Professora da graduação em Direito da Universidade de Vassouras Campus Maricá. Lecionou na Faculdade Internacional Signorelli. Doutoranda em BIOÉTICA pelo PPGBIOS (curso em associação entre UFRJ, Fiocruz, UERJ e UFF).

Geovana Faza da Silveira Fernandes, com mestrado concluído em 2018, atua como diretora do Centro Judiciário de Conciliação e Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania da Justiça Federal - Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG. É instrutora de Mediação e Conciliação, pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho da Justiça Federal, atuando ainda no ensino superior como docente da PUC-MG, dentre outras. Atua também como mediadora voluntária e facilitadora de Círculos restaurativos conflitivos e não conflitivos. Instrutora voluntária das formações de conciliadores e mediadores do TRF1. Está para concluir o doutorado em Sociologia e Direito da UFF. Visiting Schollar na Governors State University (Chicago-Ill) (2022-). Bolsista da CAPES no Programa de Doutorado Sanduíche em andamento na Governors State University.

Natália Lucero Frias Tavares é doutoranda na UFRJ, com bolsa de doutorado Nota 10 da FAPERJ. ´´E Professora da Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst), assessora do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e foi Professora substituta na UFRJ entre 2018 e 2019. Segue publicando com o Prof. Santoro que foi seu orientador no PPGD.

Thiago Frederico Martins de Oliveira, mestre de 2019, é Professor da Universidade Estácio de Sá, da UNISUAM, do Curso de Formação de Agente de Inspeção de Controle Urbano e do Curso de

Formação de Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária. É servidor público do Estado do Rio de Janeiro no cargo de Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária. Cursa Doutorado em Direito na UNESA.

O egresso Marcelo Pinto Chaves, mestre de 2019, concluiu o seu Doutorado no PPGD da UNESA, em 2024. Atualmente é professor da Universidade Estácio de Sá e Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, sendo Assessor de Órgão Julgador. Membro do Conselho Editorial da Editora Lumen Juris e autor de livros e artigos jurídicos.

Mônica Faria Baptista Faria, mestre em Direito pelo PPGD da UCP em 2017, é atualmente doutoranda em Direito Público pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Portugal. Ademais, participou no Erasmus Trainee Program na qualidade de pesquisadora doutoranda em l'Institut de Droit de l'Environnement de Lyon (Université Lyon III - Jean Moulin) - França, no período de março a junho de 2020 com bolsa do Programa Erasmus+; com intercâmbio em cooperação científica no Mestrado Científico em Direitos Fundamentais na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL).

Fernanda Santos Fernandes, mestra de 2018, encaminhou-se para o Doutorado na área de Direito, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É Delegada da DEAM no estado do Rio de Janeiro e protagoniza forte atuação como defensora dos Direitos das Mulheres, ministrando palestras, cursos e eventos de projeção nacional e internacional.

Lorena Braga Raposo, mestra de 2020, continua a lecionar e a publicar e leciona em instituições do interior do estado do Rio, por exemplo, no Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira (FAMIPE), onde exerce a coordenação do curso.

Seguindo a vocação do PPGD de formar quadros que empregam alta formação em direitos humanos e processo no serviço público e na iniciativa privada, ressalta-se a atuação de egressos do quadriênio que se destacaram na docência do ensino superior, como, por exemplo, Frederico Jacinto Cardoso Gazolla, que leciona na Universidade Estácio de Sá - UNESA e Alexsander Carreiro da Silva, que leciona na Universidade Iguaçu - UNIG.

Na magistratura, ressalta-se a atuação de egressos que escreveram sobre justiça e sobre direitos sociais, caso de Laíne Tavares Miranda, juíza de direito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, e de Filipe Bernardo da Silva, juiz do trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 1 Região.

Dentre os registradores e tabeliães, destacaram-se Rosani Leite Carvalho, que escreveu sobre justiça social, e Rodrigo da Silva Trigueiro cuja dissertação tratou da regularização fundiária, respondendo a desafios encontrados por ele na serventia em que atua.

Por fim, vale lembrar a trajetória de Livia Maria de Almeida Pinto, funcionária da ANCINE, que se dedicou ao estudo dos direitos culturais e da liberdade de expressão, tema diretamente vinculado com as necessidades do cargo que ela exerce na agência governamental.

Ainda nas carreiras públicas, Bernardo Bichara Faria Coelho é Procurador do Estado do Rio de Janeiro; Vanessa Velasco Hernandes Brito Reis é Procuradora do município de Petrópolis-RJ, Professora Substituta da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora da UCP e Delegada da Associação Nacional dos Procuradores Municipais. Miguel Barreto foi procurador do município de Petrópolis até 2024 e Rodrigo Garcia Veraldo, mestre em 2018, é procurador do Município de Nova Iguaçu – RJ.

O Mestre Luiz Augusto Castello Branco de Lacerda Marca da Rocha (Mestre em 2017), cursou doutorado na Universidade Veiga de Almeida e segue lecionando na UNISUAM, enquanto Carmen Caroline Ferreira do Carmo e Rodrigo Marra são professores da Universidade Iguaçú onde exercem cargos de coordenação e lecionação. Especialmente o egresso Rodrigo Marra se mantém ativo no tocante à pesquisa e à produção científica com livros e artigos publicados durante o quadriênio.

O egresso Carlos Marcel Ferrari Lima Fernandes, Mestre de 2021, é Professor Adjunto do Centro Universitário Unifaminas em Muriaé. Professor do Pré Concursos (preparatório para concursos). Advogado, foi Juiz Leigo no TJMG. Participou em 2024 de evento internacional do PPGD, em mesa com os Professores Daniel Machado e Carlos Frederico para discutir o tema das ameaças à democracia, vinculado com o projeto de pesquisa desses professores.

Já no campo da advocacia e a atuação em órgãos destinados à defesa dos Direitos Humanos podem ser mencionados vários exemplos de egressos bem sucedidos e que incorporam os conhecimentos adquiridos no mestrado aos seus fazeres profissionais. Um dos exemplos é a egressa Yeda Ferreira Pires que, moradora de Porciúncula, RJ, veio cursar o mestrado na UCP, em Petrópolis. Depois do mestrado foi aprovada em processo seletivo (1o lugar, 2024) para o Centro Especializado de Atendimento às Mulheres vítimas de violências na região. Yeda publicou em 2024, juntamente com o Prof. Klever e o Prof. Danilo Lobato da UFRRJ artigo vinculado à sua dissertação de mestrado, em que pretendeu estabelecer ligações entre o racismo estrutural no Brasil e a tragédia ocorrida em Petrópolis no ano de 2022.

Outra egressa que pode ser destacada é a Profa Lilia Nunes Silva que, além de advogada, está concluindo o Doutorado no PPGDIN da UFF. Atualmente é professora na UNESA em juiz de fora onde coordena o NPJ, realizando um interessante projeto de introdução dos alunos às práticas de conciliação e mediação. Anote-se que o NPJ é destinado ao atendimento de pessoas pobres e outros grupos vulneráveis, o que adere à proposta do PPGD. Foi professora substituta na UFRRJ e segue produzindo e publicando com o Prof. Marcelo Pereira. Tanto no caso de Lilia como de Yeda, as mesmas atribuem suas atuais posições profissionais à formação recebida no PPGD e ao título de mestras em direito.

Lilia tem se destacado na participação em eventos internacionais, sobretudo na Espanha. Juntamente com a egressa Cláudia Maria Ferreira de Sousa, estiveram no PPGD em 2024, durante a semana jurídica do curso de direito, para ministrarem palestras sobre as suas trajetórias acadêmicas no evento Percursos Acadêmicos: encontro com os ex-alunos do Mestrado em Direito da UCP. A egressa Claudia Maria Ferreira é atualmente doutoranda em Direito na UNESA e segue publicando sobre o tema da mediação em que foi orientada, no PPGD, pelo Prof Sergio Salles. Cláudia é coordenadora do NUPEMEC TJERJ.

3) Conclusão

Todos esse relato e os exemplos citados no relatório estão a evidenciar que o PPGD mantém um bom controle do destino dos ex-

alunos e também que a sua atuação profissional após o mestrado, está, de forma geral, bem ajustada ao perfil que o PPGD pretendeu formar, especialmente preparando os egressos para a docência e pesquisa acadêmicas na área do Direito a fins, além de profissionais em diversas áreas do Direito sensibilizados e preocupados em incorporar, em suas práticas profissionais, os valores mais elevados e o conhecimento absorvido na área da Justiça, do Processo e dos Direitos Humanos.

Petrópolis, RJ, 17 de setembro de 2025.

Prof. Klever Paulo Leal Filpo
Doutor em Direito
Coordenador do Programa de
Pós-graduação em Direito da UCP
Mtr. 36.790